

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO DE FHC (1995 – 2002) – A QUESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA. Pedro Henrique Carinhato e Silva, Francisco Luiz Corsi. – Ciência Política – Ciências Sociais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Temos como intento ao redigir esta pesquisa analisar o caráter geral das políticas sociais praticadas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). A grande polêmica que permeou esse governo sintetiza-se na relação políticas focalizadas e políticas universais. Para analisar tal questão, buscaremos enfatizar dentre as reformas estruturais feitas, as que apresentam relevância para a área social (sobretudo para o campo da saúde), para assim assinalar sobre as características das mudanças ocorridas e quais as formas escolhidas para conformar o aparelho social brasileiro. Dessa forma, será possível demonstrar as veredas escolhidas pelo governo brasileiro em meados do último decênio do século XX, no intuito de enfrentar as desigualdades sociais que afligem a sociedade brasileira há tempos.

O presente estudo tem por finalidade maior realizar a análise das características fundamentais das políticas públicas utilizadas na área social nos oito anos de governo de FHC. Reiteramos que, não obstante as reformas econômicas já terem sido iniciadas no governo Collor (1990 – 1992), é possível afirmar que foi somente a partir dos mandatos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que de fato elas tomaram corpo. Cabe aqui ressaltar que não faremos distinção temporal acerca dos mandatos, porquanto no primeiro mandato foram feitas reformas nas políticas sociais e no segundo as mesmas foram ampliadas. A política praticada neste governo, chancelada por órgãos supranacionais como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial serviu como força propulsora para um processo de liberalização da economia brasileira acarretando naturalmente em alterações estruturais nas políticas sociais no Brasil. É pertinente mencionar que tal fenômeno se alastrou por boa parte da América Latina, contudo com velocidades e intensidades bastante distintas.

No que tange ao aparelho social do Estado e a forma de se utilizar as políticas sociais, esta última circunscrita a duas esferas que a colocam, comumente, em situação complicada, a econômica e política. No primeiro campo, por intermédio de políticas liberalizantes que provocaram recessão econômica e, inapelavelmente causaram reflexos sobre a questão social de modo dramático como a flexibilização das relações de trabalho e de deterioração dos postos de trabalho que se posta de forma a ser um exemplo cabal. Já no campo político, observamos a tentativa de restringir a questão social à questão da pobreza, e as políticas sociais à questão da parca disponibilidade de recursos orçamentário para o setor, que no geral sempre foi associada a uma concepção dos serviços públicos estatais como perdulários, dada sua própria natureza. Ante a esse raciocínio, justificar-se-ia o emprego de políticas sociais focalizadas. Tal concepção foi quase que diariamente traduzida na fala dos governantes como: “O Brasil não gasta pouco com a área social, ao contrário, gasta muito e mal”.

Nesse sentido, a década de 90 serviu como ensejo para uma modificação na ordem política, econômica e, indubitavelmente, social. Por intermédio de um novo paradigma econômico, nomeado *Neoliberalismo*, minorou-se cada vez mais o espaço de atuação das políticas sociais. Em outros termos, continuou-se prevalecendo o ditame absoluto da economia sobre as formas de o país gerir a questão da pobreza e da desigualdade social. Nesse sentido, a lógica neoliberal se tornou hegemônica em boa parte da América Latina em razão da crise fiscal como consequência direta do endividamento externo dos países latino-americanos. Tal crise engendrou a Reforma do Estado, fato que permutou substancialmente as orientações políticas e econômicas das nações da região, e irrompeu a ideologia neoliberal. No que concerne às políticas públicas, o neoliberalismo tolheu duramente o espaço e os instrumentos de ação do aparelho social dos Estados, não restando alternativas além das que lhes foram prescritas no “Consenso de Washington”.

A pesquisa será baseada em artigos e obras encontradas em livros, periódicos e *sites*. Será concedida maior relevância a tais fontes, pois julgamos que para tornar esta pesquisa exequível, é imperativo fundamentar-se em parâmetros e categorias cunhados previamente por diversos autores que se debruçaram no estudo das políticas sociais na última década do século XX no Brasil. Em virtude de nosso objeto de estudo - as políticas sociais no governo FHC - ser relativamente recente, parte substancial de nossa pesquisa bibliográfica será composta por artigos redigidos em periódicos acadêmicos.

Esse estudo fundamenta-se também em dados e séries estatísticas que certamente proporcionará consistência empírica ao que será argumentado ao longo da pesquisa. Tal componente é buscado em sites e publicações de entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada (IPEA), Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A coleta desses componentes tem a finalidade de complementar a pesquisa mostrando as variações dos períodos acerca de diversos aspectos e fatores sociais, tais como saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc. Os dados e índices econômicos e sociais são empregados de forma a mostrar qual foi o valor ou porcentagem do orçamento da União designada à área social e suas respectivas sub-áreas (saúde, educação, etc.), balança de pagamentos, PIB (Produto Interno Bruto) e dívida externa, a fim de moldar uma análise consistente capaz de determinar quais tipos de políticas sociais foram praticadas. Também faremos fonte de pesquisa as análises de outros estudiosos sobre os principais programas sociais na área da saúde (como programas prioritários de combate à Mortalidade Infantil, Saúde da Mulher, Programa Saúde da Família, etc.) e também de programas sociais designados a uma melhor redistribuição de renda, tais como Bolsa-Família, Programa de Atenção à Pessoa Idosa (API), Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), etc. Buscaremos dados, cifras, relatórios, entrevistas e discursos oficiais sobre os programas sociais em *sites* e publicações do governo federal e de suas respectivas pastas, tais como Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde. Deste modo, confiamos que nosso estudo conseguirá compreender toda a heterogeneidade circunscrita à questão da saúde brasileira.

Fixaremos nossos esforços no estudo da área comumente apresentada como ponto estratégico para um governo que tenha por objetivo o bem-estar de sua população. Trata-se da saúde. Tal campo de grande relevância certamente não foi gerenciado com o desígnio de abranger a totalidade da população, visto que houve, nos quatro primeiros anos da gestão pública de Fernando Henrique, uma substancial baixa na verba anual destinada para as políticas da Saúde.

A forte concentração de renda e a iniquidade social estavam presentes e permanecem até os dias atuais nos índices econômicos e sociais brasileiros. A economia brasileira mostra sinais, mesmo que medíocres, de estar ressurgindo. Porém, por mais que o PIB cresça, há tempos que o cotidiano de uma porção substancial da população se caracteriza pela pobreza oriunda do desemprego estrutural corrente. Diante de tal situação seria imperativa a construção de políticas sociais amplas e consistentes para que se arrefecessem os conflitos sociais e seus maléficos corolários. Todavia, medidas tomadas pelo governo FHC impuseram agudas restrições a uma política social de longo alcance. Ante ao panorama exposto, as questões que nos apresentam na ordem social são: em razão de suas reformas e reorientações, podemos caracterizá-las como políticas focalizadas ou universais? Que ator da cena política teve maior responsabilidade no campo social, o Estado ou o mercado? Como a estratégia desse governo para o desenvolvimento social foi gerida? E por fim, quais os resultados obtidos após as mudanças impostas às políticas públicas?

A hipótese que apresentamos é a seguinte: o governo FHC escolheu por conferir grande importância à política macro-econômica em detrimento da política social. Com isso, intensificaram-se os problemas sociais brasileiros, tornou o aparelho social do Estado ainda mais precário e por fim, seu projeto de desenvolvimento de corte neoliberal não se consolidou. Uma mescla de políticas sociais focalizadas e universais (porém com grande proeminência concedida às primeiras) e o emprego de uma política econômica que se opunha à necessidade dos gastos sociais, teve como corolários a não diminuição da equidade social, relegar a questão social a um segundo plano (em razão da predileção pela política econômica restritiva) e a transformação do papel eminente das ações sociais, já que ao invés de estarem focadas para a superação da pobreza, foram conformadas tão somente para o combate da miséria social.

Trata-se de um estudo em andamento, motivo esse que nos impele a não aduzir resultados precisos e conclusões concretas. Entretanto, acreditamos que a pesquisa é exequível por se abordar um tema candente tanto no espaço acadêmico, quanto na política brasileira.

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, M. (1998) O Processo de Descentralização das Políticas Sociais no Brasil e seus Determinantes. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas.

COHN, A. (1999) As políticas sociais no governo FHC. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 183-197, out. 1999.

DRAIBE, S. M. (2003) A política social no período FHC e o sistema de proteção social. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 15(2): 64-101, nov. 2003.

GERSCHMAN, S. (1999) As transformações na década de 90: Estado, Políticas Sociais e reformas do sistema de saúde. Cad. Est. Recife. V. 15, n.1

NETTO, J. P. (1999) FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras In: Lesbaupin, I. (1999) *O Desmonte da nação*. Petrópolis, Ed. Vozes.

POCHMANN, M. (2004) Proteção Social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. Rev. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 3-16, 2004.

SOARES, L. T. (2002) Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. Cortez Editora.

TIEZZI, S. (2004) A organização da política social do governo Fernando Henrique. Rev. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 49-56, 2004.

Bolsa: FAPESP